REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 3 N. 7

Julho-Dezembro 2018 | ISSN: 2448-0576

DISCURSOS JURÍDICOS DE COLONIALIDADE NO PROCESSO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS

Fabian Serejo Santana¹

RESUMO

O processo de apropriação e desapropriação manifesta diversas formas de violência, seja de natureza física ou simbólica, como imposição do mais forte e herança direta da colonialidade do poder. Neste sentido, busca-se neste trabalho investigar como esta forma de imposição do poder se aplica nos projetos hidrelétricos e os atingidos por barragens. Através da análise do discurso de linha francesa, analisou-se 28 processos envolvendo ribeirinhos, que foram deslocados pela UHE de Estreito (TO/MA). A partir das sentenças judiciais, busca-se analisar os discursos e sua relação com a colonialidade do poder, visão ideologia que serve para legitimar um projeto de dominação global, baseada no lucro do capital, estabelecido em hierarquias geopolíticas e ambientais que foram construídas no mundo moderno, denominada colonialidade da natureza, ou seja, pressupõe-se que existiriam sujeitos que teriam direitos ao recurso naturais e a forma correta de explorá-lo, articulado ao mercado mundial através de grandes empreendimentos.

Palavras-chave: direito; colonialidade do poder; colonialidade da natureza; desterritorialização, barragem.

ABSTRACT

The process of appropriation and expropriation manifests diverse forms of violence, whether of a physical or symbolic nature, as imposition of the strongest and direct inheritance of the coloniality of power. In this sense, this work seeks to investigate how this form of imposition of power is applied in hydroelectric

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins – CIAMB/UFT. Mestre pelo do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins – CIAMB/UFT. E-mail: fabianserejo@gmail.com

projects and those affected by dams. Through the analysis of the French line discourse, we analyzed 28 processes involving riparians, who were displaced by the Estreito Hydroelectric Power Plant (TO / MA). From the judicial sentences, it is sought to analyze the discourses and their relation with the colonization of the power, vision ideology that serves to legitimize a project of global domination, based on the profit of the capital, established in geopolitical and environmental hierarchies that were constructed in the modern world , called coloniality of nature, that is, it is assumed that there would be subjects who would have rights to the natural resource and the correct way to exploit it, articulated to the world market through large enterprises.

Key words: right; coloniality of power; coloniality of nature; deterritorialization, dam.

INTRODUÇÃO

A compreensão da aplicação do direito nas decisões judiciais desfavoráveis às populações desterritorializadas, em decorrência da construção de grandes projetos hidrelétricos no Brasil, perpassa pela análise do processo histórico de dominação e apropriação à qual a América foi submetida, cujas raízes se encontram desde o período da colonização, mas que se perpetuaram como estratégia de expansão e dominação mundial por parte das nações colonizadoras, exercendo seu poder sobre as identidades, os conhecimentos e saberes e o controle sobre a natureza, territórios e meios de produção, dos povos dominados/colonizados. Essa visão hegemônica foi denominada colonialidade do poder e tem sido estudada por um grupo de pensadores e pesquisadores latino-americanos, sendo objeto de estudo do Programa de Pesquisa Modernidade/Colonialidade, um espaço contemporâneo de diálogo coletivo sobre a América Latina².

² ALIMONDA, Hector (coord.). **La Natureza Colonizada**. Ecología política y minería em América Latina. Colección Grupos de trabajo – CLASCO. Ed. Ciccus, Buenos Aires, 2011.

Segundo Quijano³ foi essa colonialidade do controle do trabalho que determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial e configurou uma nova geografia social baseado no capital, concentrada sobretudo na Europa e socialmente entre os europeus em todo o mundo capitalista, assim, afirma o autor, o capitalismo mundial, desde o início, foi colonial/moderno e eurocentrado. Neste sentido, tanto a natureza quanto as populações originárias eram percebidas como objetos que podiam ser negociados e serviam, tão somente, para gerar mais lucro e riqueza para as nações dominantes.

Neste aspecto percebeu-se que os conflitos que envolveram a desterritorialização de atingidos por barragens se caracterizou por uma relação desproporcional e de flagrante imposição de poder sobre as populações atingidas, legitimados por um discurso desenvolvimentista. Entretanto, Escobar⁴ afirma que a natureza não pode ser definida por uma visão reducionista, ligada a projetos de desenvolvimento do capital e do consumo padronizado, pelo contrário, a proposta é justamente dar valor ao diverso e defender os direitos coletivos.

Os estudos de Paula⁵ apontam que as estratégias de dominação dos países “desenvolvidos” sobre as antigas colônias são verdadeiras “transgressões de fronteiras” e se estendem além da realidade material, envolvendo assim aspectos cognitivos e simbólicos que permeiam a produção do social em escala planetária. Essas transgressões são legitimadas por um sistema legal que produz leis de caráter ambíguo, dentro da legalidade institucional, sob formas dissimuladas de transgressão em benefício do capital, o que configura um verdadeiro Estado de exceção.

Neste sentido, este trabalho objetivou compreender como os processos históricos de colonialidade do poder, que promoveram a expropriação de populações de seus territórios originais, o controle de todas as formas de

³ QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

⁴ ESCOBAR, Arturo. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?** In: LANDER, E. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 113-143.

⁵ PAULA, E. A. **Capitalismo verde e transgressões: Amazônia no espelho de Caliban.** Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013, p. 76.

produção e da força de trabalho, e a sujeição e mercantilização da natureza, articulam o saber jurídico, influenciando as decisões judiciais de maneira desfavorável às populações desterritorializadas em razão da construção de grandes projetos hidrelétricos no Brasil.

CAPITALISMO E COLONIALIDADE NO CONTEXTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Na perspectiva do pensamento crítico da colonialidade, o Capitalismo se desenvolveu de forma heterogênea e contínua marcado por uma visão hegemônica de dominação mundial. As bases dessa expansão se estabeleceram sobre dois fundamentos principais, a ideologia de raça, que classificava as nações como superiores e inferiores, e a divisão e exploração das formas de trabalho. Esses dois elementos coexistiram de maneira estrutural de tal forma dependendo um do outro para existir e se transformar. Na prática, os países colonizadores usaram a ideologia de raça como mecanismo de dominação para legitimar a exploração de sua força de trabalho.

Na América, as relações de trabalho com base no critério de raça tiveram como consequência o genocídio de nações indígenas, e os que sobreviveram, foram submetidos à estrutura da servidão, sendo-lhe permitido a prática da reciprocidade, que se caracterizava pelo intercâmbio de força de trabalho e do trabalho sem mercado. Os negros, porém, foram forçados ao trabalho escravo e à exploração e tratamentos degradantes e desumanos, enquanto isso, os europeus, considerados raça dominante, podiam receber salários, comercializar e desempenhar atividades independentes como artesãos ou produtores de mercadorias e, se fossem da classe dos nobres, podiam ocupar altos cargos na administração colonial, civil ou militar.

Para Quinjano⁶, o sucesso dessa distribuição da forma de trabalhado baseado na classificação racista se estendeu além da América tornando-se uma marca do processo de dominação do capitalismo colonial criando dessa forma uma relação de trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas,

⁶ QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, p. 227-278.

por se tratarem de raças inferiores. Segundo este autor, as populações indígenas foram vítimas de um vasto genocídio, causado principalmente porque tais populações foram usadas como mão de obra descartável, forçadas a trabalhar até morrer. Portanto, para Quijano foi essa colonialidade do controle do trabalho que determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial e configurou uma nova geografia social baseado no capital, concentrada sobretudo na Europa e socialmente entre os europeus em todo o mundo capitalista, assim, afirma o autor, o capitalismo mundial, desde o início, foi colonial/moderno e eurocentrado.

Neste aspecto, percebe-se que os conflitos que envolvem a desterritorialização de atingidos por barragens se caracteriza por uma relação desproporcional e de flagrante imposição de poder sobre as populações atingidas. Como exemplo dessa condição citamos pesquisa que realizamos com a comunidade do reassentamento Córrego Prata, para onde foram deslocadas populações atingidas pela construção da UHE Luiz Eduardo Magalhães em Lajeado-TO⁷. Constatou-se que a maioria dos reassentados não eram proprietários de terras, mas lavradores, olericultores, caseiros, vaqueiros e formadores de chácaras, que também tinham conquistado o direito à terra e à produção da autossustentabilidade, todavia, revelou-se sobretudo a condição de hipossuficiência desses reassentados para exigirem seus direitos.

Para Bobbio⁸, trata-se de uma relação entre desiguais, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência. Esta relação desigual é destacada nos trabalhos de Viana⁹ que discute o processo de negociação entre empresa e população atingida. Neste mesmo sentido, Sigaud¹⁰ denuncia o valor irrisório das indenizações pagas aos reassentamentos, considerados insatisfatórios no estudo de caso de Sobradinho.

⁷ SANTANA, Fabian Serejo. O processo de formação da consciência jurídica dos atingidos pela UHE Luís Eduardo Magalhães no reassentamento Córrego Prata em Porto Nacional – TO. Palmas -TO, 2012, 170 p. (Mestrado em Ciências do Ambiente – PPGCIAMB) Universidade Federal do Tocantins, p. 59.

⁸ BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. 14^a ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2007, p. 16.

⁹ VIANA, Raquel de Mattos. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá**. Rio de Janeiro, 2003. 193 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁰ SIGAUD, Lygia. **Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho**. Comunicação do Programa de Pós-Graduação do Programa Antropologia Social do Museu Nacional, v. 9, 1986.

Conforme mencionamos nos estudos de Paula sobre a expansão capitalista na Amazônia brasileira no pós-1964, período comandado pela ditadura militar (1964-84) e posterior a 1990, destacamos a expressão “transgressões legais” numa referência às ações que culminaram no licenciamento e início das obras nas hidrelétricas do rio Madeira, procedimento que se repetiu na criação da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xinguara. O autor conclui que o Estado brasileiro optou pela transgressão da sua própria base institucional para satisfazer aos interesses do capital, violando assim territórios e direitos dos povos amazônicos, o que configuraria um tipo de colonialidade interna ou se devia chamar de colonialidade ao reverso?

Percebe-se, portanto, que uma característica da colonialidade do poder, é a desconsideração dos valores e histórias de vidas dessas populações, que são transferidas e desterritorializadas como raça inferior que não tem direito a usufruir da natureza.

DIREITO E COLONIALIDADE

O êxito do sistema colonialista enquanto projeto imperialista imposto sobre as nações-colônias ergueu-se sobre base forte, neste caso, um sistema de lei que impusesse a supremacia do mais forte com um elevado grau de legitimidade. Dessa forma, era necessário instrumentalizar o direito internacional como meio de manter a sustentabilidade da expansão do sistema. O direito internacional, portanto, serviu para justificar e conferir legitimidade ao processo de expansão. Na prática, colonialismo e imperialismo significaram a exportação das formas institucionais do direito europeu e das relações de produção capitalistas para os territórios dominados, visando a imposição de um regime de acumulação e a garantia da concentração de lucros no centro.

Para atender aos anseios do mercado foi fundamental a passagem da concepção jusnaturalista ao pensamento positivista. Essa mudança de fato só ocorreu após a dissolução da sociedade medieval e a consequente formação do Estado Moderno. O direito positivo, portanto, teria permitido a visão imperialista dominar todo o século XIX e XX. Na América Latina, no que concerne à formação do direito, destaca-se que o desenvolvimento das teorias jurídicas ligadas inicialmente ao direito natural, com fundamento religioso e salvacionista, serviu

para justificar e legitimar a colonialidade do poder, por meio da classificação racial, que permitiu a doutrinação dos índios e a escravidão dos negros.

Bobbio¹¹ afirma que antes da formação do Estado moderno, o juiz tinha mais liberdade de escolha para decidir pois não estava vinculado a escolher exclusivamente normas emanadas do órgão legislativo do Estado. Todavia, conclui este autor que o Estado moderno transformou o juiz em órgão do Estado, um verdadeiro e autêntico funcionário do Estado, cabendo-lhe, tão somente, aplicar o direito positivado. Partindo desta perspectiva, os discursos representariam realmente o que os juízes pensam ou apenas representam o que o poder instituído determina? A partir dessa base construída sobre um direito positivado e garantidor da ordem, deve-se questionar também, como esse sistema legal foi manipulado e esquematizado para servir aos interesses do capital e de imposição do poder e dos interesses das nações dominantes.

Esses interesses se concretizaram em diversas incursões das potências mundiais nos países periféricos em busca de seus interesses capitalistas e expansionistas. No caso específico da Amazônia, destaca-se a maneira sutil como os principais objetivos de luta dos diversos movimentos e representações das populações camponesas e indígenas foram encampados e incorporados à lógica de acumulação do capital, mas agora sob uma nova roupagem, a exploração sustentável. Foi com base nesse discurso que as nações dominantes obtiveram concessões de grandes áreas de florestas para exploração de madeira, mineração e hidrocarbonetos.

Seguindo essa reflexão crítica, é preciso questionar como o direito foi estruturado para legitimar esse projeto de desenvolvimento para atender os interesses do mercado mundial.

A partir da Constituição Imperial de 1824, artigo nº 170, inciso 22, foi resguardado o direito de propriedade ao cidadão, salvo nos casos em que o “bem público” se sobrepusesse aos interesses privados. Entretanto, no que diz respeito aos processos de territorialização e desterritorialização a Lei de Terras (lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil (1822), a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro. A partir de 1850, portanto, só haveria ocupação de terras por meio de

¹¹ BOBBIO, Norberto. **O Positivismo Jurídico**: Lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1996, p. 28.

compra e venda ou de autorização da coroa. Em 1891, ocorre uma alteração no texto constitucional no seu artigo 72, item b, o qual passava a limitar o direito de propriedade aos estrangeiros em nome da ideia de segurança nacional. Verifica-se, portanto, que os indícios do poder instituinte e poder instituídos estiveram sempre presentes nos discursos do poder estatal e na legislação judiciária.

Em 1934, foi aprovado o decreto 24.643, conhecido como o Código de Águas, cujo objetivo era a regulamentação bem como a participação do governo brasileiro no setor de energia elétrica, cravando, a partir de então, a presença estatal de forma crescente no mercado de energia até a década de 1990, quando as companhias federais e estaduais desempenhavam principal na geração e distribuição de eletricidade. Entretanto, a partir da 1993 promulga-se a Lei 8.631, que possibilitou a reestruturação do setor e, em 1995, com a edição da Lei 8.987, chamada Lei de Concessões, foram estabelecidos diversos critérios para concessão de serviços públicos, dando-se início a desnacionalização dos setores de infraestrutura, entre os quais o setor elétrico.

Percebe-se, portanto, que a evolução do direito brasileiro, ora conferiu ao controle estatal ora ao setor privado, a exploração das riquezas naturais, porém, independente da alternância de governança, o propósito sempre foi a atender as demandas do mercado.

A LÓGICA DO CAPITAL NA EXPLORAÇÃO HIDROELÉTRICA

No contexto mundial, o Brasil aparece como um dos países com maior disponibilidade em recursos hídricos, com cerca de 13% da água doce do planeta. No plano nacional, a Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia ocupa uma posição de destaque¹², sendo a segunda maior região brasileira em termos de disponibilidade hídrica, totalizando 13.624 m³/s de vazão média (Q), que significa 9,6% do total do país e uma vazão específica média de 14,84 L/s, considerando a área de 918.273 km². Esse potencial hídrico demonstra a relevância da Bacia Tocantins/Araguaia para o desenvolvimento econômico do Brasil.

As hidrelétricas tem sido a principal fonte utilizada pelo Brasil para atender a uma demanda cada vez maior. Este processo de apropriação da natureza teve

¹² BRASIL. Plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia: relatório síntese / Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA; SPR, 2009.

seu início mais precisamente na década de 1970, legitimado pelo discurso desenvolvimentista dos governos brasileiros que, de forma contínua e em diferentes épocas, buscaram se qualificar como nação desenvolvida, segundo a lógica capitalista, fomentado pelas leis do mercado globalizado, tendo como padrão de progresso, a perspectiva imposta pelas raízes históricas de uma colonialidade do poder eurocêntrica. Nesse compasso, a ideia desenvolvimentista serviu de base ideológica para o planejamento e execução de “grandes projetos”, que visavam sobretudo, a satisfação dos interesses do capital, do mercado mundial e de grandes empresas do setor energético e da indústria.

Neste contexto, a Região Tocantins/Araguaia destaca-se como detentora de um potencial hidrelétrico instalado de 11.573 MW (16% do país), contando atualmente com 7 grandes usinas em operação, todas no Rio Tocantins¹³. Do total da potência hidráulica instalada no país, cerca de 10% está na região Hidrográfica Tocantins-Araguaia. No Estado do Tocantins estão em operação quatro grandes empreendimentos, a maioria já está em operação: Lajeado (2001), Cana Brava (2002), Peixe Angical (2006), São Salvador (2008) e Estreito (2010), que totalizam 2.712,5MW de potência, atingindo 23 municípios que totalizam uma área inundada de 1.703 Km² e afetaram cerca de 12.067 pessoas.

Quanto aos impactos sobre as populações, na perspectiva dos empreendedores, não se considera a perda emocional, das propriedades e lugares. Todavia, a retirada destas populações e sua reterritorialização destacam a falta de compensação e, muitas vezes, para terras inferiores às anteriormente ocupadas, dificultando a adaptação à nova realidade territorial¹⁴.

Na perspectiva de Vainer¹⁵ a lógica e ação do empreendedor foram determinadas pela aquisição do domínio, isto é, da propriedade da área, seguindo a tradição do direito brasileiro, na qual, reconhecido o interesse público do empreendimento, concedeu-se ao empreendedor o direito de

¹³ BRASIL. **Plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia: relatório síntese** / Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA; SPR, 2009.

¹⁴ MENESTRINO, Eunice H. G. **Povos tradicionais: do lugar ao não-lugar**. 2010. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins UFT/Palmas, 2010, p. 43.

¹⁵ VAINER, C. B. **Conceito de "Atingido": uma revisão do debate**. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). *Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. 1 ed. Viçosa: UFV, 2008, p. 39-63.

desapropriação, sendo assim, durante um longo período, as empresas do Setor Elétrico limitaram-se a indenizar os proprietários das áreas a serem inundadas. Na maioria dos casos, não se reconhecia a existência de qualquer impacto social ou ambiental e, o único óbice seria a questão patrimonial e fundiária. Nesta lógica, a solução era a de negociação dos valores da desapropriação. Embora, durante muito tempo, o termo não fosse utilizado, é evidente que esta abordagem apenas reconhecia como atingidos os proprietários de terras. Assim, a perspectiva territorial-patrimonialista era, quase sempre, indenizatória.

Para Bortoleto¹⁶ a implantação dos grandes projetos produziu uma nova ocupação territorial, pois o território foi apropriado pelo centro hegemônico, política e economicamente. Esse processo de apropriação e desapropriação se manifesta sob diversas formas de violência, seja ela física ou simbólica, como imposição do mais forte e como herança direta da ideologia colonialista, justificado sob o mito da modernização do avanço social¹⁷.

COLONIALIDADE NO DISCURSO JURÍDICO

Os conflitos e a resistência para garantir a permanência e preservação do território se travam em outra arena, nos tribunais, onde os diversos sujeitos se confrontam nos processos judiciais. É no processo judicial que se manifestam as ideologias e argumentações jurídicas e filosóficas em busca de legitimidade do Direito. Na análise desses processos encontram-se bem mais que a letra seca da lei, neles estão registrados os discursos, sob o manto da legalidade e da justiça, camuflando grandes interesses econômicos e políticos. Os processos jurídicos além expor os argumentos de convencimento e fundamentos de direito, também podem revelar os sentimentos de pertencimento, as perdas, tanto materiais quanto morais, que manifestam a inconformidade, indignação e a resistência a uma determinada realidade.

¹⁶ BORTOLETO, Elaine Mundim. **A implantação de grandes hidrelétricas**: desenvolvimento, discurso e impactos. Rev. Geografares, nº 2, Vitória: 2001, p.55.

¹⁷ ZHOURI, A.; VALENCIO, N. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa e VALÊNCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e garantia dos direitos humanos e difusos. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014, p. 9.

Neste sentido, este trabalho buscou adentrar nos meandros dos processos jurídicos, relativos aos conflitos socioambientais, envolvendo empreendimentos hidrelétricos e populações atingidas, para analisar os discursos dos advogados, tanto dos autores como dos réus, e de promotores e juízes, até as instâncias superiores, para identificar como o Direito é invocado e requerido pelos atingidos e como é aplicado pelo judiciário. Assim, busca-se entender como a colonialidade se manifesta no bojo dos conflitos através dos discursos presentes nas sentenças declaradas pelos juízes e como servem de instrumento de legitimação do poder.

Para identificar a manifestação da colonialidade do poder nos processos judiciais foram analisados vinte e oito (28) processos envolvendo as demandas de atingidos pela construção da hidrelétrica de Estreito construída pelo Consórcio Estreito de Energia - CESTE¹⁸. Verificou-se que muitos processos estavam sendo julgados sem resolução de mérito, sob o argumento de inépcia da inicial por falta de provas.

A título de exemplificativo, um processo chamou atenção da mídia no Estado do Tocantins¹⁹ com a manchete: “Câmara Cível do Tribunal de Justiça decide que impactado por barragem pode produzir provas contra consórcio”. Trata-se de um processo julgado em bloco na primeira instância, no qual o juiz da comarca de Goiatins (TO) decidiu pela improcedência 13 ações de indenizações similares, justificando que os autores sequer conseguiram individualizar quais eram os prejuízos efetivamente sofridos com a construção do reservatório e não “teria se desincumbido de seu ônus de prova dos fatos constitutivos de seu direito”.

Além dessas treze ações, outros 23 processos²⁰ foram julgados sob os mesmos argumentos, sendo todos negados, desde a sua proposição, sob alegação de ausência de prova e inépcia da inicial, ou seja, falta de algum dos pressupostos do processo. Neste caso, a primeira decisão do juiz havia sido

¹⁸ CESTE – Consórcio Estreito Energia Usina Hidrelétrica de Estreito. Base de resgate contribui para conservação da fauna na área de abrangência da UHE de Estreito, 2010. Disponível em: <<http://www.uhe-estreito.com.br/o-empreendimento/a-usina.html>>. Acesso em: 21/02/2018.

¹⁹ CONEXÃO TOCANTINS. Disponível em: <http://conexaoto.com.br/2016/02/15/camara-civel-do-tribunal-de-justica-decide-que-impactado-por-barragem-pode-produzir-provas-contr-consorcio>. Acesso em: 11.11.2018.

²⁰ Ação de indenização – Única Promovida: CONSORCIO NACIONAL ESTREITO ENERGIA – CESTE. Disponível em: <http://eproc.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/>

reformada pelo Tribunal de Justiça e devolvido ao juiz *a quo* para que desse seguimento ao processo.

A análise preliminar dos processos demonstrou os seguintes resultados: 1) foram sentenciados 144 autores; 2) apenas 1 processo (0,69%) foi deferido; 3) foram deferidos parcialmente (23,61%); 3) a maioria foi indeferido com julgamento de mérito (75,69%). A análise também revelou que as principais causas de pedir foram: indenização civil (24,47%), indenização por danos materiais e morais (71,52%), revisão de indenização de imóvel (0,69%), indenização por danos materiais/morais/lucros cessantes (2,08%), ação de desapropriação indireta (0,69%).

Também foram analisados dezenove (19) processos no Tribunal de Justiça do Tocantins, todos eram recursos de apelação às sentenças indeferidas pela comarca de Goiatins, por inépcia da inicial, dos quais, 100% foram dados provimento, sendo devolvidos ao juiz *a quo* (juiz que proferiu sentença anterior) para dar prosseguimento ao processo. Como exemplo, citamos parte da decisão de recurso provido pelo Tribunal, em resposta a um desses processos negados pelo juiz de primeira instância:

Sentenciando o Douto Magistrado “a quo” com fulcro no artigo 458, III, do CPC, **indeferiu todos os pedidos contidos na inicial, extinguido-a**, sem resolução de mérito, sob o fundamento que “ao indeferir a inicial foi estipulado que a parte autora juntasse início de prova escrita de que residia, à época dos fatos, em imóvel atingido pela construção da Usina Estreito (item 1 do despacho), “No entanto a parte requerente não trouxe aos autos nenhum documento capaz de indicar início de prova de que residia, à época dos fatos, em imóvel atingido **[na decisão]** (...) Informa que o juízo a quo obistou liminarmente o prosseguimento da causa, não admitindo o processamento da demanda, mesmo após o cumprimento da determinação de emenda. (...) destaca-se ainda que **a análise de admissibilidade da petição inicial não comporta o exame do mérito da ação**. Tal pronunciamento deve ficar postergado para o momento adequado, quando, ao sopesar os elementos aduzidos pelo autor, decidirá o Magistrado pela procedência ou improcedência do pedido inicial. **[grifo nosso]** (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C LUCROS / CESSANTES Nº 0000177-37.2014.827.2720/TJ-TO)

Percebe-se, portanto, que cabia ao juiz da primeira instância deferir a inicial e analisar o mérito após apresentação de provas por parte do autor. Entretanto, sem avaliar as condições mais precárias do autor, inclusive de representação jurídica, preferiu o magistrado negar a inicial e extinguir o processo por ausência da causa de pedir. Verifica-se, portanto, uma imposição

do poder do direito sendo aplicado como forma de limitar a devida prestação jurisdicional em causas envolvendo sujeitos desterritorializados.

A análise dos processos demonstrou o alto índice de indeferimentos de pedidos dos atingidos. Verificou-se que, dos processos denegados por ausência de provas, cabia ao juiz da primeira instância deferir a inicial e analisar o mérito após apresentação de provas por parte do autor. Entretanto, sem avaliar as condições mais precárias do autor, inclusive de representação jurídica, preferiu o magistrado negar a inicial e extinguir o processo por ausência da causa de pedir. Depreende-se, portanto, uma imposição do poder do direito sendo aplicado como forma de limitar a devida prestação jurisdicional em causas envolvendo sujeitos desterritorializados.

Avaliou-se também que, em sua maioria, a causa de pedir se resumem às questões materiais. Seria uma submissão ao inevitável poder instituído que silencia os mais fracos? É preciso continuar investigando como foi o processo de organização social dessas populações atingidas e o nível de orientação jurídica a qual tiveram acesso. Haveria interesse em acelerar os processos movido pelos atingidos? Quais os argumentos usados nas sentenças após os recursos impetrados? Os discursos nas sentenças dos juízes revelariam os traços do pensamento colonialista que busca restringir os direitos dos atingidos?

Essa análise será realizada na perspectiva Foucaultiana²¹, na busca de entender as formas pelas quais os poderes ligam-se a determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade. Para Foucault²² o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. O discurso é um conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro. Não se limita sendo simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

²¹ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège dew France em 02 de dezembro de 1970. Loyola: São Paulo, 1996.

²² FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Ed. Nau: Rio de Janeiro, 2005, p. 5.

Neste artigo apresentamos os resultados preliminares, entretanto, na continuidade da pesquisa, serão selecionados 20 processos relativos à implantação da UHE Estreito, localizado entre os estados do Tocantins e Maranhão. A análise abrangerá até o grau de recurso em instâncias superiores, buscando-se verificar possíveis mudanças e alternância nos discursos. Como foi dito, metodologicamente aplicar-se-á a análise do discurso com o intuito de verificar a linha de argumentação jurídica dos diversos sujeitos envolvidos no processo, e como se posicionaram frente o conflito, pois precisa-se deduzir as construções ideológicas e as relações de poder presentes nesses discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Hector (coord.). **La Natureza Colonizada**. Ecología política y minería em América Latina. Colección Grupos de trabajo – CLASCO. Ed. Ciccus, Buenos Aires, 2011.

BORTOLETO, Elaine Mundim. **A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos**. Rev. Geografares, nº 2, Vitória: 2001. BRASIL. Plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia: relatório síntese / Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA; SPR, 2009.

CESTE – Consórcio Estreito Energia Usina Hidrelétrica de Estreito. **Base de resgate contribui para conservação da fauna na área de abrangência da UHE de Estreito**, 2010. Disponível em: <<http://www.uhe-estreito.com.br/o-emprego/a-usina.html>>. Acesso em: 21/02/2018.

ESCOBAR, Arturo. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?** In: LANDER, E. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège dew France em 02 de dezembro de 1970. Loyola: São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Ed. Nau: Rio de Janeiro, 2005.

MENESTRINO, Eunice H. G. **Povos tradicionais: do lugar ao não-lugar**. 2010. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins UFT/Palmas, 2010.

PAULA, E. A. **Capitalismo verde e transgressões**: Amazônia no espelho de Caliban. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

SANTANA, Fabian Serejo. **O processo de formação da consciência jurídica dos atingidos pela UHE Luís Eduardo Magalhães no reassentamento Córrego Prata em Porto Nacional** – TO. Palmas -TO, 2012, 170 p. (Mestrado em Ciências do Ambiente – PPGCIAMB) Universidade Federal do Tocantins.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos**: As Barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação do Programa de Pós-Graduação do Programa Antropologia Social do Museu Nacional, v. 9, 1986.

VAINER, C. B. **Conceito de "Atingido"**: uma revisão do debate. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1 ed. Viçosa: UFV, 2008.

VILLANOVA, J.G. e JUNIOR, Ademar Pozzatti. **Direito e desenvolvimeto**: do mito do desenvolvimento econômico ao aumento das liberdades reais. In Wolkmer, Antonio Carlos; Correias, Oscar (Org.). Crítica Jurídica na América Latina. Aguascalientes: CENEJUS, 2013. 1365 pp.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N. **Apresentação**. In: ZHOURI, Andréa e VALÊNCIO, Norma. Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e garantia dos direitos humanos e difusos. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014.